

BIBLIOTECA DE COMUNICAÇÃO

Vale a Pena ser Jornalista ? , por Clóvis Rossi. Editora Moderna Ltda., S. Paulo, 1986. 53 páginas.

Em seu **Projeto Passo à Frente — Coleção Profissões**, a Editora Moderna Ltda. (SP) lançou a primeira edição do livro **Vale a Pena ser Jornalista ?** , de Clóvis Rossi.

O autor graduado pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero, e por algum tempo professor da ECA/USP, é hoje um dos mais respeitados repórteres brasileiros, há 23 anos em atividade. Desempenhou cargos de chefia na grande imprensa, aborda corajosamente fatos de impacto e não lhe falta, em momento algum, coragem, disposição e competência para ampliar o seu conceito de fiel analista dos acontecimentos do último quarto de século.

Há posições nesta obra, das quais não se pode discordar, como a análise do relacionamento entre patrões e empregados nas empresas de comunicação social, as pressões da censura e a necessidade da interligação dos jornalistas, entre várias editorias, para que possam ter uma visão global dos assuntos, em lugar de apresentarem as matérias sob um só enfoque como o político, o econômico, ou o policial.

No Capítulo 5 — “Como Está o Mercado ? — há críticas às faculdades de jornalismo, com os já desgastantes argumentos de que os alunos têm que “aprender na prática aquilo que as escolas não lhes dá (geralmente pouco e mal) na teoria”. Quanto à televisão embora esteja se expandindo — ela e as emissoras de rádio — ainda não mantém um número suficiente de profissionais e os **noticiosos** são, na maioria, produto da recortagem de pequenas notas da imprensa, lidas ao microfone, sem uma prévia análise ou avaliação.

No rotineiro funcionamento das Redações há turbulências e atritos, bem apontados por Clovis Rossi e que tendem a se eternizar: o recém-admitido ao emprego vai escrever sobre o que não gosta, ou o editor pode considerar insignificante a matéria que o repórter lhe entregou, confiante em vê-la com destaque na edição seguinte.

Mas qual a resposta para o título do livro? Vale a pena ser jornalista? Ela vem nas últimas páginas: morre-se mais cedo que em outras categorias, ganha-se pouco e a profissão oferece recompensas válidas para aqueles que sonham com menos que fama, fortuna e poder (um deles, ou todos desses fetiches), se possível.

Se o leitor muito aprende e compreende neste texto de Clóvis Rossi — que, repetimos, é um dos pilares da atual imprensa brasileira — excedeu-se ele ao analisar a sua atuação como enviado especial ao exterior ou correspondente estrangeiro de **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**. Depois de informar que trabalhou em “todos os países em crise, fossem eles na África, nas Américas ou na Europa”, considera que teve “a rara oportunidade de ser testemunha ocular de uma parte da História do meu tempo”.

Em inúmeros parágrafos e sob pretextos vários, cita algumas das coberturas que fez: Revolução dos Cravos (Portugal), Argentina (Guerra das Malvinas) e América Central (balanço-geral da situação em toda a área, após a guerra civil em El Salvador).

O depoimento deste pequeno livro, que tem seus méritos, escritos por um mestre, na acepção que em jornalismo se dá a essa palavra, deveria se dirigir mais aos que estão se preparando para trabalhar na imprensa regional, mesmo porque, segundo ele, a médio prazo, os jornais dos grandes pólos econômicos do Interior crescerão o suficiente para ampliar o número de empregados oferecidos.

Pouquíssimos são e serão os repórteres brasileiros com a incumbência de irem aos campos de batalha das guerras e revoluções. E para eles, recomendamos a melhor obra no gênero, retrospectiva abrangente e que realmente narra os desafios dos que acompanharam a evolução da História a partir de 1854: **A Primeira Vítima**, de Phillip Knightey, tradução de Sônia Coutinho, Editora Nova Fronteira, 1978.

Mário L. Erbolato

Imprensa Feminina, por Dulcília Schroeder Buitoni. Volume 41 da Série Princípios. Editora Ática, S. Paulo, 1986. 96 páginas.

As mulheres, merecidamente, conquistaram o seu espaço no jornalismo diário, assinando reportagens gerais ou sobre assuntos específi-

cos e apresentando-se pelo rádio e nas emissoras de televisão com muita segurança, em coberturas que exigem rapidez, conhecimentos e uma linguagem simples e acessível ao ouvinte.

“Imprensa Feminina”, livro de Dulcília Schroeder Buitoni (Editora Ática) é o primeiro trabalho no gênero, publicado no Brasil, com tanta profundidade e que aborda o tema sob aspectos críticos e históricos. Adverte a autora que o título dado à obra lançada no início de 1986 abrange uma área que parece infinita, pois as matérias divulgadas sobre as mulheres vão desde as que se referem ao âmbito doméstico até aos assuntos que discutam temas importantes.

O primeiro periódico feminino, o “Lady’s Mercury” surgiu em 1693 na Inglaterra, com um consultório sentimental “de enorme sucesso e com títulos quilométricos”. São fundados depois o “Journal des Dames” (França, 1759), a “Akademie der Grazien” (Alemanha, 1774) e o “Giornale delle Donne” (Itália, 1781). O conteúdo dessas publicações ia da moda às crônicas e “colocava a mãe num pedestal, como pedra angular da família”.

Nos Estados Unidos, publica-se, semanalmente, o “Lady’s Home Journal” (1883), com 100 mil exemplares iniciais, que dez anos após chegariam a 700 mil para, em 1919, atingirem a maior tiragem do mundo, e daí em diante os textos foram perdendo sua qualidade e, conseqüentemente, diminuiu o número de leitores.

Seguindo os costumes portugueses — destaca Dulcília Schroeder Buitoni — no Brasil colonial “a mulher quase não saía de casa, a não ser para ir à missa” e “raramente os pais deixavam as filhas estudarem, sob a alegação de que elas poderiam, assim, manter correspondências amorosas não consentidas”. “O Espelho Diamantino” (1827) teria sido a primeira publicação “dedicada às senhoras brasileiras”. Mas admite-se que a prioridade seria de um pequeno jornal com o título “A Mulher do Simplício” (1832).

A industrialização e o desenvolvimento da publicidade tornaram a informação utilitária o grande motor da imprensa feminina. O uso de verbos no imperativo (Faça ! Ande ! Olhe ! Experimente ! Compre !) reduzia a faixa de liberdade das leitoras. As reportagens e entrevistas atualmente, segundo a autora do livro, passaram a ter enfoque pedagógico. Por exemplo: para dizerem qual a maneira certa de amamentar, as publicações procuram um especialista, mas não entrevistam mães que possam transmitir suas experiências.

Como classificar a imprensa feminina ? De acordo com Dulcília Schroeder Buitoni, as revistas evitam polêmicas e controvérsias, formam uma visão mitificadora da realidade, são conservadoras, alienantes, consumistas, estereotipadas e despolitizadas. Não há, conforme observa,

ilustrações que mostrem a negra, a índia, a pobre e a velha, mas só a mulher branca, jovem e da classe média para cima.

Apesar da política interna que adotam, as editoras aumentam as suas tiragens e lançam novos títulos. Para os que acreditam em mudanças, elas ocorrerão. As mulheres, como jornalistas, nada ficam a dever aos homens e delas podemos aguardar outra orientação das revistas classificadas como femininas e que, mesmo hoje, alegam defendê-las e prestigiá-las. "Imprensa Feminina" tem muitos méritos e só o nome de sua autora, que já assinou importantes pesquisas, seria o suficiente para se saber, mesmo antes da leitura, que esse lançamento da Editora Ática teria sucesso. É livro para se consultar constantemente, porque em cada página há revelações surpreendentes, de uma escritora que faz com entusiasmo os levantamentos a que se propõe, colhendo os informes onde quer que se encontrem, e à custa do sacrifício que exigirem.

Mário L. Erbolato

Brinquedo e indústria cultural, por Paulo de Salles Oliveira. Editora Vozes, Petrópolis, 1986, 96 p.

Analisar os brinquedos em sua seriedade, considerando-os como "manifestações concretas de dominação social e cultural" (p. 9), é a proposta do sociólogo Paulo de Salles Oliveira, em **Brinquedo e indústria cultural**.

O autor, que já havia publicado, anteriormente, **Brinquedos artesanais e expressividade cultural** (SESC, 1982), e **O que é brinquedo** (Brasiliense, 1984), traz nesse novo trabalho, originalmente sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais (PUC-SP) outra contribuição importante a esse assunto tão significativo, mas pouco explorado entre nós.

O texto final é resultado de pesquisa bibliográfica interpretada com precisão, e de trabalho de campo, nem sempre explicitado, que o autor classifica de "oculto" (p. 12), englobando entrevistas com crianças, pais, educadores, industriais e comerciantes da área.

A análise não é efetuada de maneira abstrata, situando-se "no contexto histórico da sociedade brasileira atual", reconhecendo "que seu substrato se aloja no modo de produção capitalista, tal qual se estabelece em um país dependente, econômica, social, política e culturalmente" (p. 33) Dessa forma, delimitando a área da pesquisa, o sociólogo a restringe aos brinquedos industrializados, uma vez "que são eles, caracteristicamente, que expressam as determinações do modo capitalista de produção" (p. 36).

Procurando “decifrar” o brinquedo, o autor apresenta, de modo sintético, as principais contribuições, no âmbito da Psicologia e da Sociologia, e, nesse campo, destaca as diferenças de seu significado para crianças e adultos. Deixa caracterizada, ainda, de forma precisa, a “noção de brinquedo” que orientará o estudo, distinguindo-o da brincadeira e do jogo.

Nos três capítulos centrais da obra, o brinquedo é analisado como mercadoria, mensagem e adestramento:

– no primeiro deles, a abordagem dialética é baseada no conceito de mercadoria de Marx, passando pelo “princípio da propriedade”. Nele é destacado o papel desempenhado pelos brinquedos no processo de dominação ideológica;

– no segundo é estudada a vinculação brinquedo/indústria cultural de modo específico, dando ênfase às relações imperialistas manifestadas no plano cultural: “Junto com a diversão que lhe é inerente, o brinquedo é portador de idéias, valores e mensagens identificadores dos pilares da cultura capitalista” (p. 53). Os brinquedos são ainda enfocados na perspectiva da sociologia da família, como meios de entendimento das contradições entre adultos e crianças. Desse prisma, a sociedade capitalista é situada “como algoz das classes subalternas e das relações entre pais e filhos” (p. 68).

– no terceiro, é destacada a relação brinquedo/informática, onde o autor revela os “segredos do brinquedo eletrônico” e discute a questão da tecnologia, criticando tanto os adeptos da modernização, quanto os que são portadores da concepção “romântica” da questão.

Na conclusão, o sociólogo retoma “a questão do brinquedo na sociedade capitalista”, e discute “alguns de seus aspectos mais expressivos na formação social das crianças” (p. 84). São distinguidas características gerais dos brinquedos industrializados (a propriedade, o fetichismo, a exaltação do herói, a banalização da cultura e a questão da passividade) e outras mais específicas dos brinquedos eletrônicos.

No geral, esse estudo sociológico dialético, procura “desmascarar a dominação cultural que os brinquedos exercem sobre as crianças numa sociedade capitalista” (p. 90). Embora a ênfase esteja situada no processo de dominação, a visão que o autor coloca não é unilateral, uma vez que são registradas as possibilidades da dimensão lúdica dos brinquedos, e da reação, reinterpretação e mesmo da negação, pelos pequenos, do mundo imposto pelos adultos. Seria interessante que esse segundo aspecto fosse retomado, mais detidamente, em trabalho futuro.

Trabalho de pesquisa sério, relatado em linguagem clara e precisa, **Brinquedo e indústria cultural**, com certeza, é de interesse para todos aqueles que se preocupam com as atividades culturais, quer como

área de estudo, quer como campo de atuação, de modo geral, e especificamente na infância.

Nelson Carvalho Marcellino